

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Alternativa para energia cara	2
Título: Com recuperação econômica , repasse para preços ao consumidor será difícil	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Carros elétricos e modernidade.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	7
Título: Para gestora BlackRock, não é hora de vender Brasil.....	7
Título: Terminal no CE pode ser comprado por Roterdã	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Solução para a água baseada na natureza.....	10
Título: S.O.S. bacias da Mata Atlântica	12
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Novo leilão de portos inclui Tecon em Suape.....	14
Título: Distribuidores farão campanha para explicar peso dos impostos no preço do combustível	15
Título: Dívida de R\$ 15 bi pode ser obstáculo à privatização da Eletrobras	17
Título: Infraestrutura verde a serviço da água.....	19
Título: Empresários querem mais atenção aos recursos hídricos.....	21
Título: Destaques	22
Título: Aneel investiga indicadores de apagão da Cemig.....	22
Título: Uma saída para a dívida da Biosev.....	24
Título: Petros tem déficit de R\$ 4,4 bi com desvalorização de BRF	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez E Luana Souza****Título: Alternativa para energia cara**

Empresas do Rio abandonam distribuidoras e passam a usar o mercado livre para reduzir custos.

A alta no preço da energia tem feito as empresas se voltarem para o mercado livre e abandonarem as distribuidoras, como Light e Enel, que atendem aos consumidores fluminenses. Depois de alta de mais de 10% em 2017, este mês a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou reajustes para clientes industriais de 13,4%, no caso da Light, e de 19,9%, no da Enel. Com isso, nos últimos anos vem crescendo a migração de consumidores para o mercado livre, onde os contratos são feitos diretamente com os fornecedores de energia, sejam geradoras ou empresas comercializadoras, sem passar pelas distribuidoras. De acordo com dados da Enel, no ano passado eram 260 consumidores livres, contra 177 em 2016. Já na Light, o número de consumidores livres pulou de 202, em 2015, para 336 em 2016 — no ano passado, chegou a 601. Segundo a Enel Rio, em 2017, a distribuidora teve uma queda de 1,1% em venda e transporte de energia, devido à redução de 6,1% no volume de venda de energia no mercado regulado como resultado da desaceleração econômica do estado.

De acordo com especialistas do setor, como as indústrias grandes consumidoras de energia já estão no mercado livre, as mais afetadas com o reajuste atual são as empresas de médio porte. Para empresas maiores, que utilizam a tarifa de alta tensão ou que têm um valor mensal de gastos com energia de R\$ 80 mil a R\$ 100 mil, no mínimo, o mercado livre de energia é uma solução. — Até o fim de 2015, o Brasil tinha cerca de 1.800 empresas no mercado livre de energia. Agora, já são 5 mil. É um movimento de migração crescente. A vantagem da redução de custo imediato e a previsibilidade de ter um orçamento fechado, porque os contratos vão de três a cinco anos, são os fatores que levam essas empresas ao mercado livre — afirma o presidente da Comerc Energia, Christopher Vlavianos. Segundo o executivo, quando há um aumento da tarifa no mercado cativo, isso gera uma reação das empresas: — O número de empresas no mercado livre deve aumentar este ano novamente. Nas micro e pequenas empresas, há setores que são mais afetados com a alta na conta de luz, em razão do peso da energia nos custos.

Estabelecimentos que usam mais energia, como padarias, têm uma parcela maior do insumo no custo. Para ajudar com a redução das despesas, há investimentos que podem ser feitos para otimizar o gasto com energia, além de adotar algumas medidas simples no dia a dia. — Algumas empresas conseguem reduzir em até 5% o custo final da energia com medidas como observar se o ar-condicionado está ligado sem ninguém no ambiente, com capacitação do pessoal para operar melhor as máquinas, trocar luminárias por outras mais econômicas e fazer manutenção nos equipamentos regularmente. Quem pode fazer investimentos, trocar os fornos elétricos por aqueles a gás e adquirir tecnologia mais moderna e sustentável consegue reduzir os custos em até 40% — explica o gerente da área de soluções e inovações do Sebrae/RJ, Ricardo Vargas.

EMPRESA DE PESCADO REDUZ GASTO EM 32%

A tarifa de energia responde por cerca de 8% do custo mensal da Frescatto, de pescados — setor que usa tecnologias e refrigeradores potentes, que consomem muita eletricidade. A empresa comprou o insumo no mercado livre até 2022. Essa migração permitiu uma redução nos custos, além de um orçamento fechado e mais previsível. — Tivemos uma redução de 32% do custo de energia depois que aderimos ao mercado livre — conta o gestor de meio ambiente da Frescatto, Cácio Rodrigues. — No mercado cativo, tínhamos de aceitar o custo da energia que havia sido negociada e comprada pela concessionária. Bem ou mal, esse custo nos era imposto. Já no mercado livre, negociamos diretamente com as geradoras a compra de energia para o longo prazo. Segundo Rodrigues, essa migração derrubou o custo da energia, permitindo à empresa escapar das bandeiras tarifárias: — Conseguimos gerir melhor a compra e o uso desse recurso.

Já a empresa de alimentos congelados Deep Freeze continua comprando energia da distribuidora. Os equipamentos de refrigeração são necessários para manter os produtos a cerca de 40°C negativos. Para diminuir a conta de luz, o diretor da marca, Luiz Eduardo Jardim, investiu em freezers e aparelhos de ar-condicionado mais econômicos uma semana antes do anúncio do reajuste das tarifas. — Todo o dinheiro que eu economizaria por mês na conta de luz com os investimentos que fiz será engolido pelo aumento da tarifa — lamenta Jardim. — Dos meus custos mensais, pelo menos 10% vão para energia elétrica. O objetivo agora é tentar não repassar esse custo para os clientes, mas acho que vai ser impossível.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Com recuperação econômica , repasse para preços ao consumidor será difícil**

Firjan afirma que indústria vai perder competitividade com a alta nas tarifas.

O gerente da área de soluções e inovações do Sebrae/RJ, Ricardo Vargas, concorda: as empresas terão dificuldade para repassar a totalidade do aumento de energia para os preços. O país acabou de sair da recessão e a recuperação ainda é frágil. Qualquer diferença no preço pode afastar o consumidor e fazê-lo migrar para outro fornecedor. De acordo com Vargas, as empresas precisam buscar outras soluções antes de repassar os custos: — As empresas estão tentando esticar essa hora de repassar o custo. Só que o empresário está em uma situação na qual não tem mais onde cortar. O aumento das tarifas também vai diminuir a competitividade das empresas fluminenses, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Com o último reajuste, o estado passa a ter as tarifas mais caras de energia elétrica do Brasil.

O quilowatt-hora (kWh) de baixa tensão (usada nas micro e pequenas empresas) na Enel e na Light é de R\$ 0,975 e R\$ 0,910, respectivamente. Muito acima da média nacional, de R\$ 0,691. O kWh de alta tensão da Enel é de R\$ 0,580, e o da Light é de R\$ 0,564. A média nacional é de R\$ 0,399. — Além do aumento da tarifa de energia, sobe também o ICMS vinculado à tarifa. Isso acaba fazendo as empresas buscarem operar onde tenham condições mais favoráveis. Elas podem acabar migrando para outro estado e causando esvaziamento econômico do Rio — explica Vargas. De acordo com a Firjan, um dos motivos para o estado ter a tarifa mais cara do país se deve à alíquota de ICMS aplicada no estado: 32%, contra 18% em Minas Gerais e São Paulo. Tatiana Áuria, especialista em Estudos em Infraestrutura da Firjan, teme alta do desemprego:

— A energia elétrica é um insumo importante e, para muitas indústrias, representa até 30% dos custos de produção, como nos setores siderúrgico, têxtil e de alimentos. Vai ser difícil as indústrias repassarem o aumento dos custos para os preços finais. Elas vão ter que absorver, e isso poderá gerar mais desemprego — diz Tatiana. Ela acrescenta que, nos últimos cinco anos, o custo médio da energia para a indústria no Estado do Rio aumentou 88%, frente a 60% nos demais estados da Região Sudeste. (Luana Souza estagiária)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Espaço aberto****Autor: José Goldemberg Professor****Título: Carros elétricos e modernidade**

Os aspectos positivos da modernidade estão ligados, de modo geral, à ruptura do pensamento medieval dominado pela religião e ao início de uma era em que o pensamento científico e a razão abriram novos horizontes para o desenvolvimento da sociedade. A Revolução Francesa de 1789 com o fim da monarquia absoluta e a Revolução Industrial do século 19 foram consequências dessa ruptura.

Desde então, modernidade passou a ser considerada símbolo do progresso, o que não só é incorreto, como perigoso. O culto da modernidade per se que está em voga hoje, principalmente na área de tecnologia, precisa ser analisado criticamente. Um exemplo é a área de comunicações, em que computadores pessoais, celulares e aplicativos de todo tipo, como Facebook, Twitter e WhatsApp, revolucionaram a própria natureza do que se entende por privacidade, comunicação e até democracia. Outro é o da energia, em que a substituição de combustíveis fósseis parece inevitável nas próximas décadas.

Em cada uma dessas áreas existem diferentes novos caminhos que podem ser seguidos. O que a experiência mostra é que alguns deles levam a fracassos e outros, a sucessos. Essa é a razão por que as opções que se apresentam como modernizantes devem ser submetidas a uma análise crítica para evitar equívocos, na medida do possível. Os custos de decisões inadequadas podem ser imensos.

Um exemplo claro desse problema é o que estamos enfrentando no que diz respeito ao futuro do sistema de transporte urbano e do automóvel.

Até o fim do século 19, transporte individual ou coletivo era feito exclusivamente por cavalos ou por veículos puxados por esses animais. Só para dar um exemplo, havia em Nova York no início do século 20 cerca de 150 mil cavalos, que poluíam a cidade com mais de mil toneladas de estrume por dia, tornando-a intransitável.

Em contraste, locomotivas movidas pela força expansiva do vapor da água fervente – como nas “marias-fumaça” do passado – começaram a circular na Inglaterra em 1804 e seu uso logo se espalhou pelo mundo todo, com estradas de ferro cobrindo a Europa e abrindo o oeste dos Estados Unidos à colonização. O uso de máquinas a vapor para substituir cavalos nas carruagens foi tentado, mas não se mostrou prático. Tentou-se também usar baterias elétricas – como

as que usamos hoje nos nossos carros para dar a partida –, mas a autonomia dos automóveis era muito limitada.

O grande avanço veio com os motores inventados por um engenheiro alemão, Nikolaus Otto, no fim do século 19. Nesses motores, um combustível – pó de carvão, etanol ou gasolina – explode dentro de um cilindro, explosão essa promovida por uma faísca elétrica, e o movimento do cilindro dá origem à tração nas rodas do veículo.

O extraordinário sucesso dessa invenção abriu caminho para a era do automóvel, cuja fabricação em série por Henry Ford levou à redução de custos e à sua popularização. Existe hoje quase 1 bilhão de automóveis no mundo.

Tal quantidade de veículos deu origem a novos problemas de poluição, como a emissão de óxido de enxofre, particulados e outros responsáveis pela degradação da qualidade do ar nas cidades, além do aquecimento global, resultado inevitável da queima de combustíveis fósseis derivados do petróleo, como gasolina e óleo diesel.

É por isso que surgiram recentemente ideias de abandonar motores de combustão interna e voltar aos automóveis elétricos, como se tentou no começo do século 20. Para isso seria necessário melhorar o desempenho das baterias, o que de fato foi feito, mas não o suficiente. Mesmo usando as melhores baterias de lítio existentes (do tipo usado nos telefones celulares) são necessárias centenas de quilos delas para garantir a um automóvel a autonomia que um tanque de 60 litros de gasolina ou etanol oferece.

Os prefeitos das grandes cidades adoram a ideia da adoção de automóveis elétricos porque são silenciosos e não poluem as cidades. A realidade, contudo, é que a eletricidade necessária para carregar as baterias continua a poluir o ambiente onde ela é produzida (queimando carvão na maioria dos países), em locais distantes das cidades.

Do ponto de vista da redução da poluição global (isto é, da emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global), automóveis elétricos são uma falsa solução. Esse é um exemplo típico em que “modernização” tem mais que ver com a promoção de interesses comerciais do que com a solução real de um problema. Já houve outras “inovações” na área automobilística em torno das quais foram criadas grandes expectativas, mas se mostraram inviáveis ou problemáticas, como o uso de hidrogênio para substituir a gasolina.

É preciso, pois, perguntar quais problemas as inovações vão resolver e verificar se elas não estão apenas criando novos problemas e produtos realmente desnecessários, cujo consumo é introduzido por motivos mercadológicos. Essa,

aliás, é uma das razões por que reduzir o Imposto de Importação de veículos elétricos no Brasil não faz sentido neste momento.

Do ponto de vista de promover a redução das emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global, mais eficiente é o uso de etanol nos motores de combustão interna.

Há outras áreas em que distorções “modernizantes” se verificaram, como usar energia nuclear em grandes aviões, o que lhes permitiria voar por várias semanas sem reabastecer. Outra, mais recente, é a promoção de viagens interplanetárias e a conquista do planeta Marte promovida por alguns investidores americanos. Estabelecer uma colônia humana na Lua ou em Marte não vai contribuir em nada para resolver os sérios problemas de poluição e pobreza que temos hoje na Terra. E distrai os governos de fazer o que é necessário para resolvê-los.

É preciso questionar se as inovações vão resolver ou apenas criar novos problemas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: FLAVIA LIMA

Título: Para gestora BlackRock, não é hora de vender Brasil

Dois terços dos US\$ 2,5 bi em fundos de América Latina estão no país.

Principais apostas estão em ações dos setores financeiro e de petróleo, mineração, varejo e siderurgia.

Não é hora de deixar o Brasil, diz Will Landers, gestor responsável pelos fundos de investimento voltados para a América Latina da BlackRock, gigante americana com US\$ 6,3 trilhões sob gestão.

Landers retorna aos EUA no fim da semana, após cumprir uma série de compromissos no Brasil. Em sua fala ele se refere, no entanto, aos investimentos que a BlackRock tem na Bolsa brasileira.

A gestora mantém atualmente US\$ 2,5 bilhões investidos exclusivamente na América Latina, dos quais dois terços estão em Brasil. Em março de 2016, o percentual estava bem abaixo disso, em torno de 45%.

Empresas brasileiras aparecem ainda em fundos de emergentes e em fundos globais, mas estes não estão sob a responsabilidade do gestor.

Nos fundos de América Latina, a fatia de Brasil subiu 20 pontos em dois anos. Ainda assim, Landers diz que a Bolsa brasileira se mantém atrativa porque está 45% abaixo do pico em dólares, embora ronde seu recorde em reais.

Para o gestor, é improvável que a Bolsa volte às máximas em dólar em razão de preços mais baixos do petróleo e do minério de ferro, algo que afeta empresas como Petrobras e Vale. Mas ainda há espaço para ganhos, diz ele, a despeito do movimento mais recente de realização de lucros do investidor estrangeiro.

Entre as principais apostas da gestora estão o setor financeiro, que deve se beneficiar da retomada do crédito, e o varejista, influenciado pela expectativa de crescimento de 3% da economia nos próximos quatro anos.

Landers não fala em companhias específicas, mas diz que a carteira está voltada também para os setores de petróleo e de minério, além de ter uma participação no setor siderúrgico —que deve se beneficiar da retomada da economia, apesar das medidas tarifárias americanas.

“Acredito que somos uma das carteiras mais bem posicionadas no Brasil que vai dar certo”, diz o gestor, ao ressaltar que a posição de suas carteiras supera a do índice que serve de parâmetro para a América Latina (o MSCI), que tem cerca de 57% em Brasil.

Depois de Brasil, o México tem 20% das carteiras da região e a Argentina, 5%. O restante está distribuído entre ações chilenas, colombianas e peruanas.

JURO BAIXO

O otimismo de Landers se escora na expectativa de continuidade na condução da política econômica após as eleições e em um cenário mais favorável, que engloba bons preços das commodities, reação dos resultados das empresas e melhora da governança das companhias.

“O quadro finalmente começa a atrair o investidor global que não estava interessado em entender o que estava ocorrendo em Brasília e o efeito disso na economia”.

Além dos estrangeiros, Landers avalia que os juros mais baixos levarão à Bolsa investidores institucionais locais, como fundos de pensão e fundos de investimento, já que os títulos públicos terão rendimento menos atrativo.

Às vésperas da reunião do Banco Central, nesta quarta-feira (21), diz que há mais espaço para outro corte nos juros. “Finalmente, o mercado se deu conta

de que a Selic pode chegar a 6,5% ou até um pouco menos porque a inflação está sob controle”.

Para Landers, as companhias brasileiras fizeram ajustes durante a crise, que se revertem agora em margens melhores. Mais saudáveis, as empresas vão se beneficiar de juros mais baixos e de crescimento maior.

Embora a reforma da Previdência não tenha sido aprovada, diz ele, há compreensão em Brasília de que algo precisa ser feito. “Eles [os políticos] só não querem defender isso em ano eleitoral.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAIS HIRATA ENVIADA ESPECIAL A ROTERDÃ

Título: Terminal no CE pode ser comprado por Roterdã

Empresa holandesa terá empreendimento no ES

Percorrer de carro a estrada que corta o porto de Roterdã é praticamente uma viagem para os padrões holandeses. São 37 quilômetros desde o ponto em que os primeiros galpões e gruas começam a surgir na paisagem até o fim da via.

A distância —menos da metade da rota entre Haia e a capital Amsterdã— dá uma dimensão da grandeza do maior porto da Europa, desbancado como maior do mundo em 2004, pela China.

Outro termômetro é sua movimentação: por ano, são 467,4 milhões de toneladas movimentadas. No porto de Santos, o maior do Brasil, foram 130 milhões em 2017.

Os limites do porto de Roterdã, porém, vão além dos Países Baixos e, neste ano, parte da expansão da companhia que administra o empreendimento holandês deverá ocorrer no Brasil.

O porto acaba de obter a licença ambiental e de instalação para a construção do Porto Central, no Espírito Santo. A entrada no empreendimento se deu em 2014, com a formação de uma joint venture com a brasileira TPK Logística (controlada pela Polimix).

Localizado em frente a bacias de exploração do pré-sal, o porto tem como prioridade o setor de petróleo, ao menos nessa primeira fase de construção, que deverá se iniciar em breve.

“É o que tem a demanda mais urgente. O Brasil tem um déficit de armazenamento, então será uma solução logística para as empresas”, diz Duna Uribe, gerente de projetos internacionais do porto.

Agora, o momento é de firmar contratos comerciais com os clientes para definir o investimento —que havia sido estimado em R\$ 3 bilhões para a primeira etapa.

Além do Porto Central, a empresa poderá fechar uma aquisição no Ceará, no porto de Pecém, um terminal de uso privado do governo estadual, já em operação.

“Começamos fazendo uma consultoria, em 2015, e durante o processo surgiu o interesse. Agora, estamos investigando a viabilidade de adquirir uma participação. Isso vai ser definido neste ano”, afirma Uribe, que é cearense.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Se no Brasil o foco é petróleo, na Europa a preocupação é encontrar soluções para depender menos de combustíveis fósseis e não perder relevância com a transição energética que grande parte dos países europeus têm vivido.

Hoje, cerca de 50% da carga movimentada em Roterdã é de petróleo e seus derivados —naquela mesma estrada que atravessa o porto, Uribe aponta a todo momento refinarias e tanques de gás natural.

Nos últimos anos, a demanda não caiu, mas se estabilizou. “As empresas deixaram de fazer novos investimentos nessa área”, afirma a executiva.

“A tendência é de descarbonização na Europa. Precisamos de um plano para sobreviver. Vai melhorar o que existe para poluir menos? Vai atrair outros mercados, debiocombustíveis? Tem muitos projetos em andamento.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Solução para a água baseada na natureza

Na manhã de hoje, o presidente Michel Temer abre, oficialmente, a 8ª edição do Fórum Mundial da Água, maior evento internacional sobre o tema, em cerimônia no Palácio do Itamaraty. Até sexta-feira, Brasília será palco de encontros, discussões e trocas de experiências entre especialistas e autoridades de 150 países a respeito de assuntos de relevância mundial, como crise hídrica e

políticas públicas de melhoria na gestão da água. Para balizar a discussão sobre boa parte desses assuntos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divulgou hoje o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2018.

O principal foco do estudo, que será lançado no Fórum, é mostrar que reservatórios, canais de irrigação e estações de tratamento não são os únicos instrumentos de gestão de água disponíveis no mundo. Soluções baseadas na natureza podem e devem ser usadas para melhorar o abastecimento e a qualidade da água, principalmente diante dos desafios trazidos pelo crescimento populacional e por mudanças climáticas, defende a Unesco. Se nada for feito, aponta a entidade, haverá 5 bilhões de pessoas vivendo em áreas com pouco acesso à água em 2050. “O estudo propõe soluções que são baseadas na natureza para gerir melhor a água. É uma tarefa essencial que todos nós precisamos resolver juntos, de forma responsável, para evitar conflitos relacionados à água”, alertou a diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay.

O relatório aponta números alarmantes em relação à escassez de água, que afeta atualmente 3,6 bilhões de pessoas, o equivalente à metade da população mundial, em pelo menos um mês por ano. Essa população pode crescer para algo entre 4,8 bilhões e 5,7 bilhões até 2050. Além dos problemas de distribuição e gestão da água, o estudo aponta a influência da gestão hídrica na incidência de desastres naturais, que tendem a aumentar com as mudanças climáticas, mas podem, segundo a Unesco, ser reduzidos a partir da adoção de medidas “mais verdes” na gestão da água.

De acordo com Gilbert Houngbo, diretor do UN Water e presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, para que esses problemas sejam resolvidos, é preciso reexaminar a gestão hídrica, que atualmente é baseada em “infraestruturas cinzas”, construídas pelos seres humanos. “Conhecimentos tradicionais e indígenas, que abrangem soluções mais ‘verdes’, são constantemente deixados de lado”, ponderou, no prefácio.

Zonas úmidas

Se nada for feito nesse sentido, o número de pessoas em risco por conta de alagamentos deve crescer de 1,2 bilhão, atualmente, para 1,6 bilhão, em 2050 — cerca de 20% da população mundial. Uma das opções apontadas para resolver o problema é a preservação de áreas úmidas, que agem como barreiras naturais para captar água da chuva. O Chile, por exemplo, anunciou medidas para proteger as zonas úmidas costeiras depois do tsunami de 2010. Nos Estados Unidos, o estado da Louisiana criou um programa de proteção e

restauração da costa após o furacão Katrina, em 2005, cujos impactos foram ainda maiores devido à degradação das áreas úmidas na região.

Além da utilidade na contenção de desastres naturais, as áreas úmidas, como pântanos e várzeas, influenciam diretamente na qualidade da água ao filtrar substâncias tóxicas de pesticidas e resíduos industriais e de mineração. Há evidências que essas áreas, sozinhas, podem remover entre 20% e 60% dos metais em águas e filtrar entre 80% e 90% dos sedimentos de escoamento. O benefício é tão evidente que alguns países, como a Ucrânia, criaram zonas úmidas artificiais para tratar as águas e filtrar alguns produtos farmacêuticos dos efluentes.

Com uso mais racional da água, redução no uso de pesticidas e melhorias na cobertura do solo, também é possível aumentar em 79% o rendimento médio das colheitas, aponta o estudo. A produção agrícola poderia aumentar em cerca de 20% no mundo apenas com a adoção de práticas de gestão hídrica mais verdes. Apesar dos benefícios, essas opções representam apenas 5% do investimento total em infraestruturas relacionadas com a água no mundo.

5 bilhões de pessoas viverão em áreas com pouco acesso à água em 2050 se nada for feito

3,6 bilhões de pessoas no mundo já vivem em áreas com potencial escassez de água por pelo menos um mês por ano

1,6 bilhão de pessoas viverão em situação de risco de inundações em 2050

30% da população mundial vive em áreas afetadas rotineiramente por inundações e secas

30% das terras em todo o mundo têm cobertura florestal

2/3 dessa área se encontra em estado de degradação

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Azevedo

Título: S.O.S. bacias da Mata Atlântica

Mais de um quinto da água de rios, córregos e lagos da Mata Atlântica é impróprio para o uso, constatou a Fundação S.O.S. Mata Atlântica, em panorama divulgado hoje. Após avaliar a qualidade da água em 294 pontos de bacias hidrográficas da região, a fundação concluiu que, em apenas 12 deles, ou

4,1% do total, a água é considerada boa. Em 20,1%, é ruim ou péssima. Nenhum dos locais analisados foi avaliado como ótimo.

Na maioria dos pontos (222, ou 75,5%), inclusive no Córrego do Urubu, no Distrito Federal, a situação da água é regular. Significa dizer que está no limite dos padrões definidos na legislação brasileira para usos menos restritivos, como recreação, navegação e irrigação. “A condição de qualidade regular da água demanda atenção especial dos gestores públicos e da sociedade”, alerta o levantamento, feito em 102 municípios dos 17 estados da Mata Atlântica, além do Distrito Federal, entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Mais de 3,5 mil voluntários do Programa Observando os Rios coletaram e analisaram a água de rios, córregos e lagos mensalmente.

Os resultados, na opinião da coordenadora do estudo, Malu Ribeiro, mostram “a fragilidade da condição ambiental dos principais rios da Mata Atlântica e a urgência de incluir o assunto na agenda estratégica do Brasil”. Rios e águas contaminados são reflexo da ausência de saneamento ambiental, gestão e governança, ressaltou a especialista. “Ainda estamos distantes do que a sociedade necessita”, concluiu Malu.

De acordo com a diretora executiva da SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, o objetivo do levantamento é contribuir para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à gestão da água. “Ao reconhecer os rios como espelhos da qualidade ambiental das cidades, regiões hidrográficas e países, conseguimos identificar rapidamente os valores da comunidade, a condição de saúde na bacia e de desenvolvimento”, pontuou.

Para que a situação comece a mudar, Marcia considera fundamental a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em todo o território nacional, por meio dos comitês de bacias hidrográficas e implementação total dos instrumentos de gestão, que incluem o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e a cobrança pelo uso da água. (AA)

Acesso insuficiente

A discussão sobre políticas que podem ser adotadas por indústrias para racionalizar o uso da água tomou conta do evento Water Business Day, realizado ontem na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Um dos problemas discutidos no encontro foi o fato de que, atualmente, 34 milhões de brasileiros não têm acesso à rede de abastecimento de água, o que equivale a 40% da população.

Segundo a presidente da BRK Ambiental, Teresa Vernaglia, o país joga esgoto bruto nos mananciais e rios. Não por acaso, R\$ 4,2 bilhões — ou 60% do que a empresa investirá em questões hídricas — serão voltados à coleta e tratamento de esgoto.

Universalizar os sistemas de esgoto no Brasil até 2023 exige um investimento de R\$ 20 bilhões por ano, estima Teresa. (AA)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Novo leilão de portos inclui Tecon em Suape

Na tentativa de desovar mais projetos de infraestrutura ainda neste ano, o governo pretende anunciar hoje um novo leilão de portos, para atrair investimentos de R\$ 1,3 bilhão. O aval à licitação será dado em reunião no Palácio do Planalto, esta tarde, do conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Serão oferecidos sete terminais portuários. A intenção do governo é organizar o certame entre outubro e dezembro. Os contratos de arrendamento vão ter de 25 a 35 anos de duração.

O cardápio inclui três terminais de graneis líquidos em Cabedelo (PB), dois terminais do mesmo tipo em Santos (SP) e dois em Suape (PE) - um de contêineres e outro voltado à movimentação de veículos. Apenas o terminal de contêineres é totalmente novo, ou "greenfield", conforme se diz no jargão do mercado.

O Tecon 2 de Suape deverá processar entre 1 milhão e 1,2 milhão de TEUs (unidade de medida equivalente a 20 pés) por ano, praticamente triplicando a capacidade atual do porto pernambucano, a partir da construção de novos cais e berços de atracação dos navios, além de uma retroárea superior a 200 mil m².

Todos os demais ativos já estão construídos ("brownfield") e têm contratos vencidos. Há exigências, no entanto, de modernização e ampliação dos terminais.

Um assessor presidencial ouvido pelo **Valor** procurou ressaltar que não há uma "caça" por agenda positiva e disse que o anúncio está sendo hoje porque somente agora ficaram prontos os estudos de viabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Além das licitações portuárias, os ministros vão dar sinal verde a outras duas medidas: a inclusão de 24 lotes de linhas de transmissão de energia no PPI e a continuidade do processo de privatização da Eletrobras. O leilão dos "linhões", que já teve audiência pública aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para discutir o edital, prevê R\$ 8,8 bilhões de investimentos em projetos que somam 3.954 quilômetros de extensão e devem gerar 19 mil empregos durante as obras.

No caso da Eletrobras, uma resolução do PPI dará amparo à assinatura do aguardado decreto presidencial que permite avançar com os estudos para a capitalização da companhia. O decreto, que está pronto desde o mês passado, define as funções da própria estatal e do BNDES nos preparativos da privatização. Será preciso contratar, por exemplo, assessores financeiros e escritórios de advocacia para tarefas como o desenho do futuro acordo de acionistas e a segregação das subsidiárias que não passam para controle da iniciativa privada - Itaipu Binacional e Eletronuclear.

O governo tenta evitar uma desidratação do programa de concessões, que tem enfrentado obstáculos para ganhar velocidade em 2018. A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou problemas graves nos estudos da Rodovia de Integração do Sul, que levaria à retomada dos leilões de estradas federais.

O plano para ferrovias também passa por dificuldades. Só na semana passada o edital da Norte-Sul foi enviado para avaliação do TCU. A ideia original do governo era licitá-la em fevereiro. A Ferrogrão, entre o Mato Grosso e o Pará, é outro projeto em atraso. E a renovação antecipada das concessões de ferrovias, que poderia destravar investimentos de R\$ 25 bilhões, deve ficar para o próximo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Distribuidores farão campanha para explicar peso dos impostos no preço do combustível

Com queda de 10% na margem de lucro na distribuição, logística e revenda desde que a Petrobras adotou a nova política de preços, e enfrentando acusações por formação de cartel pelo governo, a Plural (ex-Sindicom) associação que reúne as maiores distribuidoras de combustíveis do país, vai começar uma campanha nacional para explicar a formação de preços dos combustíveis nas bombas.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, faz questão de elogiar a fórmula de reajuste da Petrobras que, segundo ele, "é o modelo usado nas economias modernas" e vai permitir a retomada dos investimentos em refino. Contudo, acha que existe "grande desconhecimento" sobre as razões que tornam a gasolina brasileira a segunda mais cara do mundo, atrás apenas da Noruega.

"O grande vilão da história, e parece que agora o governo está começando a entender, é o imposto. Mas o brasileiro é traumatizado com o preço da gasolina por causa da memória inflacionária", afirma Gadotti. A campanha, diz, pretende mostrar ao consumidor quanto ele está "entregando para o governo" ao abastecer em um posto de combustível.

Segundo cálculo do Plural, cada reajuste de 1,5% no preço da gasolina A (vendida nas refinarias antes da mistura do álcool) corresponde a aumento de 0,4% na bomba. Contudo, desde junho de 2017, o preço médio da gasolina C (misturada com o álcool) nas bombas subiu 19%, enquanto o reajuste da gasolina A foi de 14%, e do álcool anidro, 34%. Já o ICMS subiu 16% e os aumentos do PIS/Cofins, somados à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), foram de 79% desde julho do ano passado.

O levantamento foi feito com base nos preços médios coletados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) entre 18 e 24 de junho de 2017 e 4 a 10 de março de 2018. No mesmo período, o preço da gasolina A, vendida pela Petrobras nas refinarias, teve 80 aumentos e 75 reduções.

Pelos cálculos do Plural, os impostos correspondem a algo entre 47% e 48% do preço final. No entanto, a percepção é que a "culpa" pelos aumentos na bomba é dos postos. Em julho do ano passado, quando anunciou a alta do PIS/Cofins, a estimativa do governo era elevar a arrecadação em R\$ 10,4 bilhões. "O que precisa acabar é essa malha terrível de impostos nos sugando. É uma questão que o governo vai ter que esclarecer, já que os impostos correspondem a quase 50% do preço final", diz o executivo.

Gadotti afirma que o Plural se reuniu com o ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Henrique Meirelles (Fazenda) para mostrar o peso dos impostos na formação de preços. Segundo ele, não é possível falar em cartel e a expectativa é de reorganização dos tributos.

"Agora o governo tem que deixar o setor trabalhar. Como é que mais de 40 mil postos vão criar uma situação de cartel? Não existe essa possibilidade", diz ele, referindo-se aos 41,9 mil postos de combustíveis que existem no país.

A proposta que o setor quer discutir com os governos estaduais reunidos no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) é tornar a cobrança do ICMS

monofásica. Ou seja, cobrar um valor único, estabelecido em reais, válido em todo o território nacional e cobrado em um único elo da cadeia. Hoje, por exemplo, o ICMS sobre a gasolina é de 25% em São Paulo e de 34% no Rio.

"Estamos discutindo isso com o governo há cerca de oito anos, mas agora se chegou a uma maturidade e todo mundo está convencido de que isso vem para acabar com as disparidades, melhorar o sistema e a arrecadação. Estamos otimistas", o presidente da Plural.

No etanol hidratado, o ICMS varia de 12% a 30%, enquanto no diesel a alíquota vai de 12% a 25%. Essas diferenças, segundo avaliação da associação das distribuidoras, têm contribuído para o surgimento de fraudes, adulteração de combustíveis, sonegação de impostos através da simulação de vendas interestaduais e até roubo de cargas.

A adoção de uma alíquota única pode ser feita no Confaz, porque a Emenda Constitucional 33 permite aos Estados legislar sobre o ICMS sem a necessidade de lei complementar, sendo necessário apenas um convênio. A dificuldade à vista é a necessidade de aprovação de todos os 27 Estados para que a monofasia seja implementada. Helvio Redeschine, diretor de planejamento estratégico e mercado da Plural, pondera que a complexidade da atual cobrança do ICMS frequentemente leva o assunto para a esfera do Judiciário, já que a evasão fiscal é grande.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Fabio Graner | De Brasília

Título: Dívida de R\$ 15 bi pode ser obstáculo à privatização da Eletrobras

Um passivo atualmente estimado em cerca de R\$ 15 bilhões é alvo de divergência entre governo e a Eletrobras e pode ser mais um fator de incerteza no processo de privatização em curso. O volume, que está provisionado no balanço da companhia, refere-se a uma dívida relativa à correção de empréstimos compulsórios realizados junto a grandes empresas do setor privado nos anos 70 e 80 para viabilizar a expansão da estatal no país.

O **Valor** apurou que a estatal entende que a União deveria ser "solidária" nessa dívida, mas parte relevante do governo rejeita essa tese e aponta que caberá à Eletrobras privatizada resolver as disputas judiciais, porque terá mais liberdade para agir nos tribunais e negociar com os credores condições mais favoráveis.

Apesar de ter exatamente R\$ 15,036 bilhões provisionados em seu balanço, o valor exato da dívida é desconhecido, porque depende de uma série de decisões

judiciais. No setor privado, há quem diga que é bem maior e o valor pode até dobrar, enquanto no governo há diferentes visões, com fontes avaliando que o passivo real seria bem menor do que o volume reservado pela empresa e outras dizendo que pode ser mais alto.

Interlocutores apontam ainda que muitos escritórios de advocacia estariam começando a se movimentar para tentar antecipar uma solução para o problema antes da privatização. Mas a estratégia preferida até o momento é deixar o assunto para ser tratado pela nova Eletrobras.

Uma fonte destaca que esses processos ainda podem durar anos e que não há por que acelerar isso. Outro interlocutor aponta que eventuais riscos envolvendo essa questão estarão explicitados claramente para os investidores quando for iniciado o "road show" para o aumento de capital da empresa.

A Eletrobras espera que a Justiça diga que a União é solidária em 50% dos R\$ 15 bilhões hoje previstos, o que liberaria boa parte desses recursos do balanço da empresa. O entendimento da estatal sobre a solidariedade da União é baseado na visão de que a dívida em questão decorre não do principal, que já foi pago nos anos 90, mas pela espiral inflacionária das décadas de 80 e 90 e pelos planos econômicos realizados ao longo de todo esse período.

De tudo que está provisionado no balanço da empresa, cerca de 98% seriam de expurgos inflacionários, correções monetárias que as empresas não receberam e querem que a estatal pague.

No lado do governo, há quem considere que, após privatizada, a Eletrobras poderá costurar um acordo com os credores nos moldes do recentemente assinado entre bancos e poupadores, com o respaldo da Advocacia-Geral da União (AGU), em relação às perdas geradas pelos planos econômicos Bresser, Verão e Collor 2, no fim dos anos 80 e 90.

Outra hipótese levantada nos bastidores é que, no longo prazo, a depender do desfecho das ações, chegue-se a uma solução semelhante à criada em 2001, quando o governo instituiu uma taxa adicional de 10% para demissão sem justa causa para cobrir o rombo gerado por expurgos inflacionários. Na ocasião, a Caixa perdeu a ação, mas a solução encontrada foi a criação dessa nova fonte de receita para bancar o plano econômico que foi perdido, evitando que a União tivesse que assumir o custo.

Em relação ao pagamento da dívida, a Eletrobras ainda tem esperança que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare que a lei dos empréstimos compulsórios é constitucional, o que derrubaria toda a dívida. A outra aposta é que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firme o entendimento de que a União deverá arcar com

no mínimo 50% do valor devido, ainda que seja provável que a União recorra dessa tese.

O governo trabalha para privatizar a Eletrobras ainda neste ano, como forma não só de ampliar a capacidade de investimento da empresa, mas também reduzir a presença do Estado na economia e gerar uma arrecadação de ao menos R\$ 12,2 bilhões para os cofres federais. A privatização será feita por meio de um aumento de capital, que diluirá a participação federal na empresa, tornando o controle privado e pulverizado, como ocorre na Embraer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti, Rafael Bitencourt e Cristiane Bonfanti | De Brasília

Título: Infraestrutura verde a serviço da água

O mundo enfrentará uma lacuna de 40% no abastecimento de água até 2030. O acesso inadequado a água e saneamento custa US\$ 323 bilhões anuais à economia global. Quase dois terços dos maiores aquíferos do mundo estão sendo exauridos. A demanda mundial para a produção agrícola e energética deverá crescer 60% e 80%, respectivamente, até 2025. O acesso universal à água potável e ao saneamento custaria US\$ 115 bilhões ao ano. A agricultura usa 70% da água disponível globalmente. Mais de dois bilhões de pessoas não têm acesso a água potável. O dramático desafio global da questão da água, que vem sendo mapeado em inúmeras frentes, tem, contudo, uma boa notícia: a "infraestrutura verde".

O conceito ainda pouco conhecido será abordado na 8ª edição do Fórum Mundial da Água, que reúne esta semana em Brasília 10 mil representantes de empresas, instituições, universidades e governos. É a ideia-chave do relatório "Soluções baseadas na Natureza para a Gestão da Água", o principal estudo da ONU a ser lançado durante o evento. Elaborado por especialistas de 31 agências das Nações Unidas e 39 parceiros internacionais, o estudo relata como elementos naturais podem ajudar no abastecimento, saneamento, redução de riscos e desastres ou na drenagem urbana, por exemplo.

"É uma estratégia subestimada. Só 5% das soluções globais para problemas de água são baseadas na natureza. Os outros 95% são estruturas tradicionais de gerenciamento de água", disse ao **Valor** o hidrólogo Stefan Uhlenbrook, diretor do Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos liderado pela Unesco e coordenador do estudo. "Essas soluções podem ser muito mais baratas", continua.

A cidade de Nova York é um exemplo famoso de iniciativas do gênero. No fim dos anos 1990, o governo nova-iorquino desistiu de investir quase US\$ 10 bilhões em uma estação de tratamento de água e preferiu concentrar esforços em proteger as três bacias hidrográficas com reflorestamento e agricultura sustentável. Hoje a cidade economiza mais de US\$ 300 milhões em tratamento de água. A China, por sua vez, planeja investir no projeto das "cidades-esponja". A ideia é reciclar 70% da água da chuva em 16 cidades-piloto, além de permitir maior infiltração e recarga do lençol freático utilizando asfaltos mais permeáveis.

O Rajastão, na Índia, superou os danos de uma das piores secas de sua história trabalhando com as comunidades locais para estabelecer estruturas de coleta de água, reflorestar e recuperar solos. Conseguiram ampliar em 30% a cobertura florestal, o nível da água subterrânea subiu alguns metros e a produtividade agrícola aumentou. "Não quero, no entanto, ser apenas um advogado verde. Algumas vezes necessita-se da infraestrutura tradicional", segue Uhlenbrook. Ele cita, por exemplo, efluentes industriais muito contaminados ou rejeitos hospitalares.

Os desafios da água se traduzem diretamente nos negócios. Crises hídricas locais têm efeitos na economia global - uma seca no Brasil pode impactar os preços dos alimentos na Europa. "A crise global da água é uma emergência silenciosa", diz Guang Z. Chen, diretor sênior de Práticas Globais de Água do Banco Mundial. "Estamos vendo o que acontece na Cidade do Cabo, em Brasília ou a recente crise hídrica de São Paulo. Não haverá água suficiente para todos se seguirmos assim", continua.

A preocupação com escassez hídrica e gestão mais eficiente da água não tem a mesma prioridade, nas empresas, que assuntos relativos a mudança do clima e biodiversidade. "Temos que traduzir o que os desafios da água significam para o desenvolvimento. O cenário ficará difícil", diz Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que reúne 60 grandes empresas no Brasil.

O CEBDS elaborou o "Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica" procurando colocar a gestão mais eficiente da água na estratégia de negócios, incluir o tema na análise de riscos das empresas e medir os resultados. Outra meta é incentivar projetos compartilhados de reúso ou proteção de mananciais, promover o engajamento da cadeia e ajudar pequenas e médias indústrias com novas tecnologias. "Quando o tema é água, as empresas, se agirem sozinhas, não terão tanto impacto quanto se o fizerem juntas", diz Marina Grossi.

"Água é um insumo invisível. Temos que dar visibilidade a ele", diz Haroldo Machado Filho, assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Cristiane Bonfanti e Daniela Chiaretti | De Brasília

Título: Empresários querem mais atenção aos recursos hídricos

Nas proximidades das eleições de 2018, lideranças empresariais que participaram do Water Business Day, ontem em Brasília, defenderam que o cuidado com os recursos hídricos seja incorporado tanto na agenda política brasileira quanto na do setor produtivo. Entre os desafios urgentes apresentados pelos empresários está não apenas o acesso à água, mas também o saneamento básico - num país onde 34 milhões de pessoas, ou 17% da população, não têm acesso à rede de abastecimento de água e 89 milhões, ou 43% da população, não são atendidos por sistemas de tratamento de esgoto.

"No Brasil temos vários assuntos para trabalhar, mas a questão da água nós precisamos colocar na pauta de nossos governantes", afirmou o presidente do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcos Guerra, no evento ligado ao 8º Fórum Mundial da Água.

Para Guerra, além da discussão política, os empresários precisam se engajar na troca de experiências para reduzir o risco de que "eventos extremos" relacionados ao abastecimento possam ter impacto na atividade econômica. Episódios no Brasil relacionados à falta de água, como racionamentos no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, foram citados pelos executivos no evento.

Oscar de Moraes Cordeiro Netto, diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), disse que, dentro da agência, um dos maiores desafios para os próximos anos também diz respeito ao saneamento básico. De acordo com ele, está em curso uma discussão para oferecer à ANA um papel mais importante nessa área, inclusive por meio da elaboração de diretrizes gerais para o setor. "É uma tarefa complexa que temos pela frente", afirmou o diretor. Para ele, o tema "águas" deve subir "alguns degraus" na discussão política.

Para a presidente da BRK Ambiental, Teresa Vernaglia, somente com a inclusão da discussão sobre recursos hídricos na agenda política será possível viabilizar os R\$ 20 bilhões anuais necessários para a universalização do acesso à água e ao saneamento básico. "Precisamos dar mais visibilidade para o tema saneamento como forma de mitigar a escassez de água", disse Teresa. "Não consigo imaginar

um país que tenha restrição hídrica jogando milhões de litros de esgoto bruto nos nossos rios", completou a executiva.

No âmbito regulatório, a presidente da BRK Ambiental - antiga Odebrecht Ambiental - também falou das dificuldades jurídicas enfrentadas pelo setor. Segundo ela, os contratos são assinados para um horizonte de 30 anos e a instabilidade regulatória pode produzir paralisia na universalização do saneamento no Brasil. Ela alertou, ainda, que a quantidade de pessoas no país que não tem acesso a água tratada equivale à população do Canadá e que a perda de água "chega a sete Cantareiras por ano".

No que diz respeito ao uso da água no processo produtivo, Naty Barak, principal executivo global da área de sustentabilidade da empresa de irrigação Netafim, disse que mais de 70% da irrigação nas culturas no mundo é por inundação. Ele defendeu parcerias com empresas da área de bebidas e alimentos e com a indústria da confecção para mudar esse cenário. Ele sugeriu, por exemplo, que a Levi's compre algodão apenas de agricultores que façam irrigação por gotejamento. "Temos de convencer o mundo a utilizar água na irrigação de modo mais eficiente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Energia eólica da GE

A General Electric está privilegiando investimentos em energia eólica no mar como uma forma de elevar seus ganhos já que seu negócio tradicional de produção de equipamentos para fábricas movidas a gás enfrenta uma queda na demanda por causa da tendência maior de valorização de fontes renováveis. Jérôme Péresse, principal executivo da área de energia renovável da GE, disse que a companhia está investindo pesadamente para poder competir com empresas como Vestas e Siemens Gamesa. A GE está projetando construir uma nova turbina movida a vento quase tão alta quanto a Torre Eiffel para uso offshore, um segmento do mercado até agora pouco explorado pela companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel investiga indicadores de apagão da Cemig

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está na fase final de análise dos indicadores técnicos de continuidade do serviço de fornecimento de energia de 2016 e 2017 reportados pela Cemig. O **Valor** apurou que a autarquia suspeita de irregularidades nos indicadores e que, caso seja necessário corrigi-los e eles ficarem fora do limite estabelecido pela agência reguladora, poderá ser aberto processo de caducidade da concessão de distribuição.

De acordo com uma fonte, os números de Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC e FEC) - que calculam a quantidade de vezes e de horas que o serviço de fornecimento de energia foi interrompido - de 2016 tiveram uma "melhora súbita" em relação ao ano anterior. Com base nisso, "a fiscalização foi apurar os indicadores e tudo indica que foram calculados de maneira que contraria o regulamento".

Pelo aditivo de contrato de concessão de distribuição assinado pela Cemig em 2015, no âmbito da Lei 12.783/2013 - da renovação das concessões elétricas -, o descumprimento dos limites de DEC e FEC estipulados pela Aneel pode levar à abertura de processo de caducidade da concessão.

A fonte disse ainda que "suspeita-se que ocorreu fraude na apuração dos indicadores de 2016 e 2017" e que "caso seja constatada [a irregularidade], implica na necessidade de a Aneel instaurar a abertura do processo de caducidade da concessão".

Em nota ao **Valor**, a Cemig informou que não há "fraude ou qualquer irregularidade no DEC e FEC". A empresa acrescentou que os indicadores "vêm periodicamente sendo fiscalizados de acordo com os procedimentos de rotina da Aneel, como acontece todos os anos" e que os números apurados em 2016 e 2017 "cumpriram os limites estabelecidos pela agência reguladora".

A companhia também destacou que "vem melhorando a cada ano o atendimento e a prestação de serviços aos seus clientes. Vale destacar também que a Cemig ficou em terceiro lugar no prêmio IASC 2017 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) dentre as concessionárias do Sudeste acima de 400 mil consumidores".

A Aneel, por sua vez, informou, em nota, que estabelece que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000. "Além da certificação, as distribuidoras estão sujeitas a verificações pela fiscalização da Agência, com o objetivo de aferição dos dados - como no caso da Cemig", acrescentou a agência reguladora.

A Aneel também informou que, em caso de descumprimento de obrigações, as concessionárias sujeitam-se às penalidades previstas na regulamentação setorial e nos contratos de concessão, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

De acordo com informações disponíveis na página da Aneel na internet, o DEC reportado pela Cemig em 2016 foi de 11,73 horas. Para o mesmo ano, o FEC da companhia foi de 5,63 vezes. Não foram encontrados dados de 2017.

Segundo a fonte, a Cemig é a única distribuidora que registrou discrepância entre os indicadores de DEC e FEC, de um ano para o outro. A elétrica atende 8,3 milhões de clientes em 774 municípios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Uma saída para a dívida da Biosev

A francesa Louis Dreyfus Company deverá capitalizar a Biosev em US\$ 1 bilhão para destravar as negociações da controlada brasileira com os bancos credores para rolar sua dívida, segundo informações da agência Bloomberg confirmadas pelo **Valor**.

A companhia sucroalcooleira tenta repactuar dívidas de R\$ 3,66 bilhões com bancos antes do fechamento da atual período fiscal, em 31 de março, referente à safra sucroalcooleira 2017/18.

A injeção foi uma exigência dos bancos, que queriam que a Biosev apresentasse garantias para negociar novas condições, de acordo com uma fonte.

A LDC deverá se comprometer a converter uma parte dos créditos que tem a receber da Biosev em ações, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, segundo a fonte. O valor seria em torno de US\$ 750 milhões. A outra parcela da capitalização, de US\$ 250 milhões, deverá vir por meio de aporte direto de capital, segundo a Bloomberg.

No fim do último trimestre (encerrado em 31 de dezembro), a Biosev registrava em seu balanço que devia R\$ 617,4 milhões em mútuo a sua controladora. Considerando todos os valores devidos à LDC, que incluem contratos de fornecimento e adiantamentos, a Biosev tinha um passivo com a LDC de R\$ 1,1 bilhão. O montante representa cerca de 10% de todo o passivo da Biosev no fim do último trimestre, de R\$ 10,08 bilhões.

As transações da companhia com a LDC têm crescido nos últimos trimestres e passaram a ganhar ênfase dos auditores de seus balanços a partir do quarto trimestre da safra 2016/17. Com a garantia da LDC, a Biosev deverá destravar a renegociação junto a dois sindicatos de bancos.

A necessidade de renegociar as dívidas já era admitida pela própria companhia em seu último balanço, quando escreveu, nas notas explicativas, que "a capacidade de a companhia continuar com a normalidade das suas operações depende da obtenção de capital adicional, da renovação de linhas de crédito e da geração de operações lucrativas". A Biosev também indicava que, se sua atividade operacional não gerasse caixa suficiente, seria preciso "buscar financiamento adicional da dívida".

As saídas avaliadas nos últimos tempos iam da captação de novos recursos via pré-pagamento de exportações até a oferta pública de ações no Brasil e no exterior, como chegou a informar a Biosev em fatos relevantes no ano passado.

Nesta safra, a Biosev acumulou prejuízo de R\$ 823,1 milhões e, no fim de dezembro, a dívida líquida era 3,4 vezes maior que seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros tem déficit de R\$ 4,4 bi com desvalorização de BRF

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, sofreu um impacto negativo de R\$ 945 milhões em 2017 com a desvalorização dos papéis da BRF. Esse foi um dos fatores que levaram ao déficit de R\$ 4,372 bilhões do PPSP, plano de benefício definido da fundação, no ano passado. O plano fechou com resultado negativo apesar da valorização de 9,18%, ganho acima da meta atuarial, de 8,97%. Tal desempenho não era alcançado havia quatro anos.

O resultado de BRF em 2018 também tem sido desfavorável até o momento. As ações recuaram 31,7% neste ano até sexta, com perdas de cerca de R\$ 1 bilhão para a fundação, que detém 11,41% da empresa. A fatia corresponde a 92,716 milhões de papéis.

"A empresa está passando por um evento de ajustes e estamos agindo de acordo com nosso dever fiduciário de propor um novo conselho, uma nova chapa para o conselho da empresa", disse na sexta-feira o diretor de investimentos da fundação, Daniel Lima, em apresentação de resultados.

"Temos a convicção de que a empresa pode entregar muito mais do que recentemente e que suas ações se valorizarão em função disso", completou.

Em 2017, também houve reavaliações negativas de ativos, como Invepar (R\$ 201 milhões), e em imóveis (R\$ 111 milhões), em razão da retração da demanda do mercado imobiliário, principalmente no Rio de Janeiro, e que afetaram o resultado da Petros. Ajudaram nos números as reavaliações positivas da Norte Energia (R\$ 235 milhões) e da Litel (R\$ 186 milhões), que detém participação na Vale, além de acordos referentes a investimentos decididos no passado promovidos pelo Ministério Público: FIP Enseada (Gradiente), com R\$ 38 milhões, e acordo de leniência da J&F, com R\$ 796 milhões.

Ao mesmo tempo, a gestão da Petros lida com tentativas de sindicatos e associações de barrar as contribuições extraordinárias para sanear o déficit de R\$ 27,7 bilhões entre 2013 e 2017. Já existem 29 processos, sendo que 15 liminares foram obtidas para suspender os pagamentos, disse o presidente da Petros, Walter Mendes. Outras 14 foram recusadas pela Justiça.

"Estas liminares causam uma dificuldade operacional, mas a gestão da Petros sabia que isso poderia acontecer", disse Mendes. Segundo o executivo, elas estão sendo respeitadas e o desconto não está sendo feito, mas cada um dos participantes tem que levar em conta se a decisão judicial ainda está em vigor, porque eventualmente a liminar é cassada.

"É nosso dever fazer isso para garantir o plano", disse. Para não pagar o adicional, os participantes devem ficar atentos sobre a área geográfica em que a liminar tem validade. A pessoa precisa ainda estar filiada à entidade no momento em que a ação foi ajuizada.

Divulgada na semana passada, a primeira denúncia do Ministério Público Federal envolvendo investimentos da Petros e também da Funcef, fundo de pensão da Caixa Econômica Federal, foi em relação ao FIP Enseada. A força-tarefa da Operação Greenfield denunciou 17 pessoas acusadas de gestão temerária e desvio de recursos pelos investimentos relacionados ao fundo. Figuram entre os denunciados ex-dirigentes e ex-gestores dos fundos de pensão e da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD).

"De agora em diante, e a partir do momento em que as denúncias do MP forem feitas, nós passaremos a ser assistentes de acusação", afirmou o presidente da Petros. Segundo Mendes, a partir daí será possível abrir processos criminais contra os dirigentes anteriores que tenham efetivamente cometido fraudes.

Mendes também disse que a Petros está cobrando dívidas da patrocinadora. "Ao contrário do que muitas pessoas estão dizendo, não é verdade que não estamos cobrando", disse.

MME / ASCOM .